

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MULHERES EM MOVIMENTOS DE BAIRRO:  
LUTANDO POR DIREITOS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Leticia Genro Schio**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2012**

# **MULHERES EM MOVIMENTOS DE BAIRRO: LUTANDO POR DIREITOS**

**por**

**Leticia Genro Schio**

Trabalho de Conclusão de Especialização apresentado ao Programa de Pós Graduação de História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**.

**Orientador: Prof. Dr. Julio Ricardo Quevedo dos Santos**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Especialização em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de  
Especialização

**MULHERES EM MOVIMENTOS DE BAIRRO: LUTANDO POR DIREITOS**

elaborado por

**Leticia Genro Schio**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em História do Brasil**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Julio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Silvana Grunewaldt, Dra.** (UFSM)

**Maria Rita Py Dutra, Ms.** (UFSM)

**Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dra.** (UFSM)

Santa Maria, 21 de dezembro de 2012.

## **RESUMO**

Trabalho de Conclusão de Graduação  
Especialização em História do Brasil  
Universidade Federal de Santa Maria

### **MULHERES EM MOVIMENTOS DE BAIRRO: LUTANDO POR DIREITOS**

AUTORA: LETICIA GENRO SCHIO

ORIENTADOR: DR. JULIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de dezembro de 2012.

No presente trabalho foi analisada a participação de mulheres em movimentos de bairro, precisamente associações comunitárias, sabendo que essas são consideradas movimentos sociais populares urbanos, por se tratar de manifestações que visam antes de tudo, melhorias relacionadas à infraestrutura de bairros localizados nas periferias das cidades. Esse estudo foi realizado a partir de entrevistas com três mulheres que participaram da Associação Comunitária do Bairro Renascença na cidade de Santa Maria entre 1997 e 2003, uma associação mista, onde participavam mulheres e homens. Foi problematizada a participação de mulheres nessa associação comunitária, contemplando parte da história de suas lutas sob o olhar específico de gênero, partindo do princípio de que tanto a aquisição de direitos quanto à ascensão feminina nos espaços públicos e de reivindicação são consequências de lutas e não simplesmente um processo histórico inevitável. Indagações sobre as maneiras utilizadas por elas para se articularem e atingirem seus objetivos, bem como, qual o horizonte desses objetivos, pautaram a realização da pesquisa. Para tanto, foi utilizado o método da história oral, da revisão bibliográfica e da análise historiográfica.

Palavras-chave: Participação. Mulheres. Movimentos sociais populares urbanos. Associação comunitária. História oral.

## **ABSTRACT**

Conclusion Work Degree  
Specialization in History of Brazil  
Universidade Federal de Santa Maria

### **WOMEN IN NEIGHBORHOOD MOVEMENTS: FIGHTING FOR RIGHTS**

**AUTHORESS: LETICIA GENRO SCHIO**

**LEADER: DR. JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS**

Date and Local of Defence: Santa Maria, December 21, 2012.

In this paper was analyzed the participation of women in neighborhood movements, precisely community associations, knowing that these are considered popular urban social movements, because it is aimed demonstrations before everything related to infrastructure improvements neighborhoods located on the outskirts of cities. This study was conducted through interviews with three women who participated in the Neighborhood Renaissance Community Association in Santa Maria between 1997 and 2003, a mixed association, where women and men participated. It was problematized the participation of women in this community association, comprising part of the story of their struggles under the watchful specific gender, assuming that both the acquisition of rights as the rise of women in public spaces and claim are consequences of fights and not simply an inevitable historical process. Inquiries about the ways used by them to articulate and achieve their goals as well, which the horizon of these goals, guided the research. For this, was used the method of oral history, the literature review and the historiographical analysis.

Keywords: Participation. Women. Popular urban social movements. Community association. Oral history.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**OP:** Orçamento Participativo

**PDT:** Partido Democrático Trabalhista

**PMDB:** Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**RBS TV:** Rede Brasil Sul de Televisão

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 AS CONQUISTAS FEMININAS E SUA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA.....	13
1.1 O gênero como conceito.....	13
1.2 O caminho percorrido pela historiografia.....	15
2 MULHERES, MOVIMENTOS SOCIAIS E HISTÓRIA ORAL.....	19
2.1 Movimentos sociais.....	20
2.2 Movimentos sociais e mulheres.....	21
2.3 Dona Marlene, Rose e Andreia.....	23
2.4 História Oral e História das Mulheres.....	34
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	40

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendo analisar a participação de mulheres em movimentos de bairro, precisamente associações comunitárias, sabendo que associações comunitárias ou associações de moradores são consideradas movimentos sociais populares urbanos, por se tratar de movimentos que visam antes de tudo melhorias relacionadas à infraestrutura de bairros localizados nas periferias das cidades - terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos -. Precisamente, esse estudo foi realizado a partir de entrevistas com três mulheres que participaram da Associação Comunitária do Bairro Renascença na cidade de Santa Maria entre 1997 e 2003, uma associação mista, onde participavam mulheres e homens. Lembrando que um estudo sobre esta associação já foi realizado anteriormente e culminou no meu trabalho final de graduação do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria. O Bairro Renascença foi escolhido para ser fonte de minhas pesquisas primeiramente porque foi lá que iniciei os estudos sobre urbanização durante o curso de graduação, como integrante de um projeto iniciado pela professora Silvana Grunewaldt. Posteriormente trabalhei na escola situada no bairro, na época Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Sérgio Lopes<sup>1</sup>, com projetos financiados pelo Prolicen (Projeto de apoio às licenciaturas), depois no estágio curricular em sala de aula. Atualmente, permaneço trabalhando na escola do bairro que agora se chama Escola de Ensino Fundamental Vicente Pallotti por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santa Maria e a Sociedade Vicente Pallotti<sup>2</sup>.

Julgando que alguns elementos não foram elencados naquele trabalho por se tratar de um espaço limitado, onde os assuntos deveriam ser bastante demarcados, ficou o desejo e a curiosidade de, numa próxima oportunidade então, contemplar especificamente a participação de mulheres naquela associação, sabendo de antemão que a presença delas foi decisiva em muitos momentos e definidora para muitas conquistas. Aqui faço referência não apenas às conquistas relacionadas aos bens materiais ou de serviços, mas também ao domínio do espaço

---

<sup>1</sup> A escola recebeu este nome a fim de homenagear o professor Sérgio Nadir Lopes que fez parte do grupo de oposição à ditadura militar, no final da década de 1970, atuando na LIBELU (liberdade e luta), que se transformou depois em O Trabalho, um dos grupos trotsquista. Foi líder do novo sindicalismo, com forte atuação no CPERS/SINDICATO, atuando na luta por reposição salarial, mobilizando a categoria dos professores nas escolas e no movimento grevista. Concorreu a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982, tendo como vice uma mulher negra e doméstica. Lutou contra o capitalismo e em prol do socialismo. Na década de 1990, migrou para a Nova Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores, em 1990 concorreu a diretor do 2º núcleo do CPERS. Ao transferir-se para Porto Alegre para trabalhar na prefeitura morreu em acidente automobilístico.

<sup>2</sup> Sociedade católica de padres e irmãos que seguem os ensinamentos e a filosofia de São Vicente Pallotti.



público, dos espaços de decisão sobre o que era fundamental para a comunidade em determinado momento.

Na medida em que cresce a participação de mulheres nos movimentos, cresce também o interesse de estudiosos e pesquisadores em conhecer o papel desempenhado por elas. Mas este assunto é tema para ser desenvolvido em outro trabalho. Recordei-o aqui porque a Associação Comunitária do Bairro Renascença sempre contou com a presença de mulheres inclusive na presidência, acompanhando aquela tendência percebida nas grandes capitais (SCHIO, 2010, p.32).

Tendo como critério o fato de uma mulher ter sido presidenta da associação durante seis anos, de 1997 até 2003 e a partir dela, a Dona Marlene, outras duas, indicadas por ela que durante esse período foram como se diz, o “braço direito” da presidenta, essas três mulheres foram entrevistadas. As três, Dona Marlene, Rose e Andreia são ainda moradoras do bairro. As entrevistas foram realizadas no mês de junho de 2012, na casa delas, separadamente.

Os critérios utilizados para elaboração das perguntas partiram de interrogações a respeito de trajetórias de luta, os possíveis processos de emancipação, a construção de novos saberes, conhecimentos e transformações da experiência e identidade feminina. Assim, esses questionamentos geraram as seguintes perguntas: qual a profissão das entrevistadas e se usufruem ou já usufruíram o direito de ter a carteira de trabalho assinada, a escolaridade, a religião, a participação em outros movimentos sociais, na opinião delas o que diferencia dentro de um movimento a inserção de mulheres, se elas foram alvo de preconceito e discriminação por serem mulheres, que motivos às levaram se envolver, quais eram as principais demandas, que contribuições a militância na associação trouxeram para suas vidas pessoais, as estratégias utilizadas para reivindicações, se houve envolvimento com partidos políticos e finalmente porque estão afastadas da associação atualmente.

Não pretendo aqui me tornar repetitiva, recordando que várias informações estão contidas no trabalho final de graduação, mas penso que pelo menos algumas pinceladas acerca da constituição do Bairro Renascença são indispensáveis para situar e esclarecer o leitor.

O Bairro Renascença localiza-se na região oeste do município de Santa Maria-RS, à beira do Arroio Cadena que atravessa a cidade e está bastante poluído. No ano de 2010 residiam no bairro mais ou menos 210 famílias<sup>3</sup>, creio que hoje o número seja um pouco menor, pois, algumas famílias conseguiram através de programas sociais de habitação, moradia em outras localidades da cidade. Não foi possível saber ao certo o número de habitantes, pois, no Escritório da Cidade e pelo IBGE os dados são gerais, englobam o

---

<sup>3</sup> Informação cedida pela agente de saúde da comunidade.

município, não especificam os bairros. Na secretaria da escola e entre as entrevistadas as informações também são genéricas.

Devido às condições socioeconômicas dos moradores, é considerado uma periferia. Geograficamente está estabelecido próximo a uma região bastante valorizada pelo mercado imobiliário, pois, estão ali alocados a Garagem da Empresa de transportes urbanos Expresso Medianeira, a Congregação Religiosa dos Padres Palotinos, a sede regional da RBS TV, o pronto atendimento (PA do Patronato), o Bairro Patronato (bairro de classe média). O bairro Renascença está separado de todos estes pontos apenas pela BR 287.

No ano de 1976 houve a primeira ocupação de terras no bairro Renascença. Posteriormente em 1980, foi construído por parte do Governo Federal um loteamento naquela área. Em meados dos anos 1980 a antiga Vila Caranguejo situada na região onde atualmente fica a Garagem da Empresa de transportes urbanos Expresso Medianeira foi removida pelo poder público municipal e realocada naquele loteamento no bairro Renascença, agora de responsabilidade do município. A população retirada do local vivia em casebres construídos através de bricolagem e obtinha suas poucas fontes de renda principalmente na coleta de lixo.

Após essa transferência dirigida pelo governo municipal, se seguiram outras ocupações por parte de famílias em busca de moradia. Atualmente, o local está regularizado, mas os moradores não dispõem da escritura do terreno nem da construção.

Creio ser considerável advertir aqui que esse processo de divisão dos lotes organizado pelo Governo Federal em 1980, não confere com as informações do atual presidente da associação de moradores, entrevistado na ocasião da elaboração do trabalho final da graduação (em 22 de setembro de 2010), porque segundo ele, em nenhum momento houve interferência do governo federal na organização e estruturação da Renascença. De qualquer forma, mantive os dados no trabalho anterior e neste, visto que foram informações encontradas no Jornal A Razão<sup>4</sup> em pesquisa realizada no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Não quero com isto dizer que desconsiderei o que foi dito pelo entrevistado, na verdade, penso que é próprio da nossa memória esquecer determinados fatos ou simplesmente não ter tido realmente conhecimento deles, ou ainda que em momentos específicos, determinados acontecimentos nos passam despercebidos em detrimento de outros considerados de maior relevância.

Finalmente, nas linhas seguintes deste trabalho problematizo a participação de mulheres nessa associação comunitária, contemplando parte da história de suas lutas sob o

---

<sup>4</sup> Jornal fundado em 1934, com sede em Santa Maria e que circula em torno de 40 cidades, tanto da região central, quanto na fronteira oeste e Porto Alegre.

olhar específico de gênero, partindo do princípio de que tanto a aquisição de direitos quanto à ascensão feminina nos espaços públicos e de reivindicação são consequências de lutas e não simplesmente um processo histórico inevitável. Busco compreender de que maneira elas se articularam para atingir seus objetivos e qual o horizonte destes propósitos. Bem como, acredito que de forma geral seja fundamental trazer elementos para que pensemos de que maneira está sendo visto pelos historiadores a inserção das mulheres nos movimentos sociais, visando elencar esse caso a processos globais para que tenhamos possibilidade de ampliar nosso campo de visão e contribuir para outros estudos.

Utilizo a conceitualização de José Murilo de Carvalho (2006) acerca da noção de direitos. Segundo o sociólogo, direitos civis têm como pedra de toque a liberdade individual, garantia de ir e vir, manifestar pensamento. Direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Direitos políticos são referentes à organização de partidos, direito de votar, de ser votado, fazer demonstrações políticas. Direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Abrangem o direito à saúde, à educação, ao trabalho, à aposentadoria. No decorrer do trabalho o conceito será empregado diversas vezes, fazendo referência aos direitos sociais que pautam as reivindicações da associação, e considerando que os direitos civis e políticos foram sendo conquistados na própria prática da participação no movimento.

Considero indispensável esclarecer que o trabalho se insere na chamada História Social das Mulheres, um domínio histórico, que se refere a sujeitos específicos, no caso, as mulheres e também, na história urbana igualmente com enfoque social. Procuro trazer a reflexão da mulher enquanto sujeito histórico, capaz de refletir sobre a realidade, sobre o mundo e sobre si mesma, além de trazer consigo o poder de transformação social. Ao mesmo tempo, não o excludo dos chamados estudos de gênero, pois creio que os estudos acerca das mulheres que se esforçam para desfazer estigmas pré-estabelecidos e trazê-las como protagonistas de sua própria história estão, contribuindo para os estudos de gênero.

Utilizo aqui a reflexão feita por Rosemere Santana a respeito dos estudos da historiadora americana Louise Tilly, quando afirma que a História das mulheres contribuiu para identificar e difundir nossa compreensão sobre os novos fatos do passado, contudo, tanto os historiadores como as historiadoras das mulheres necessitam tornar sua metodologia mais analítica e mostrar como seus trabalhos contribuíram para a interpretação de problemas mais gerais. A proposta de Tilly (1994 apud SANTANA, 2004, p. 02) é que se utilize então, o gênero enquanto categoria de análise. Na verdade, tanto a história de gênero quanto a história das mulheres ganhariam muito mais se esta oposição entre elas deixasse de existir, no

sentindo de que as abordagens isoladas de cada uma desse espaço para uma interpenetração entre elas. Haja vista que “mulheres e História interpenetram-se num movimento dialético, assinalado por trocas recíprocas, que acena com a esperança de uma utopia futura” (SOIHET, 1998).

Faço uso do método da história oral, pelo motivo dos testemunhos caracterizarem-se como os pontos básicos, que retêm atenção essencial do estudo. As entrevistas não estão dispostas na íntegra, apenas fragmentos delas, foram transcritas tal e qual o diálogo se desenvolveu, de forma que os erros gramaticais e vícios de linguagem não foram corrigidos.

Considero que o trabalho se insere na chamada história do tempo presente, pois além dos acontecimentos terem se desenrolado num período bastante recente – pouco mais de uma década – os sujeitos envolvidos estão vivos. Corroboro a justificativa com as palavras de Meihy sobre a história oral sendo “um recurso moderno usado para elaboração, arquivamento e estudos de documentos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida por história viva” (2005, p.17). Portanto, história oral e história do tempo presente caminham juntas:

...a história do tempo presente pode permitir com mais facilidade a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecem os laços sociais. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos (FERREIRA, 2000, p.123).

Seria contraditório, para não dizer negligente, não me utilizar deste método. Além do mais, as experiências que despertaram meu interesse dificilmente estariam disponibilizadas em outras fontes documentais. Creio que por si só, esta argumentação já esclarece minha opção pelo método de história oral.

Destarte, o trabalho está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo estão expressas minhas percepções sobre historiografia e gênero. No segundo capítulo são abordadas questões sobre movimentos sociais e a participação de mulheres e história oral de mulheres e por fim minhas considerações finais.

# 1 AS CONQUISTAS FEMININAS E SUA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA

Neste capítulo busco interpretar de que maneira as conquistas femininas foram, ao longo da segunda metade do século XX assimiladas pela historiografia. Procuco concatenar as lutas do movimento feminista, a entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, e as mudanças ocorridas nas teorias e metodologias utilizadas não só pelos historiadores, mas pelas demais áreas das ciências humanas, ciente de que o diálogo entre estas rendeu bons frutos para todas as disciplinas que aceitaram o desafio.

## 1.1 O gênero como conceito

Conforme, a socióloga Heleieth Saffioti (1987 p. 10) “rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, historicamente construída”. Por isso é necessário ficar atento para não se naturalizar os processos socioculturais. Logo, fica evidente a necessidade de desfazer princípios sociais e historicamente construídos.

O conceito de gênero foi criado com o objetivo de negar os determinismos biológicos que durante muito tempo foram utilizados para justificar a opressão feminina, além de caracterizar a opressão e a subordinação como construções históricas e sociais.

Diferentemente do sexo que está relacionado às diferenças biológicas entre homens e mulheres, gênero é utilizado com alusão às relações sociais tecidas nas diferentes sociedades onde o feminino e o masculino são vistos com valores diferenciados. Na maioria das vezes o que é considerado masculino tem mais valor. Conforme Sílvia Camurça e Taciana Gouveia (2004) as relações de gênero produzem uma distribuição desigual de autoridade, de poder e de prestígio entre as pessoas de acordo com seu sexo. É por isso que se diz que as relações de gênero são relações de poder.

O conceito então, não se refere apenas às relações entre mulheres e homens, mas também pode ser empregado para analisar relações entre mulheres - mulheres, homens - homens, pois estas relações também podem criar diversas desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sendo considerados mais importantes e respeitados na

sociedade. Em consequência disto, “algumas pessoas tenham mais oportunidade e liberdade para se desenvolver do que outras” (Ibid., p.14).

Assim, surge também a necessidade de encadear o gênero às questões de classe e raça. Heleieth Saffioti (Ibid., p. 94) fala de uma simbiose entre os três sistemas de dominação-exploração, existindo na verdade, um só sistema denominado por ela patriarcado-racismo-capitalismo. Conforme a socióloga, o patriarcalismo que seria o sistema de relações sociais que assegura a subalternidade da mulher em relação ao homem não estrutura sozinho a sociedade brasileira, assim como também não o capitalismo e o racismo. Sendo assim, a estudiosa explica que o ataque feito à simbiose tem maiores chances de sucesso do que o ataque feito a cada um dos sistemas. Isso porque a discriminação de algumas categorias sociais beneficia aqueles que detêm poder político e econômico, pois, quanto mais discriminada e subordinada uma categoria mais sujeita estará a se submeter a trabalhos precarizados, mal remunerados e ausentes de direitos.

O movimento feminista, considerada as suas diferenças e diversidade, têm atualmente priorizado focar as questões de gênero através das abordagens que pautam a libertação, a justiça e a igualdade, que estão sendo pensados como ações positivas no domínio profissional, nas instâncias políticas, na questão da cidadania e na divisão de tarefas com os homens. Segundo Álvares:

A luta por uma legitimação igualitária para a conquista da cidadania formal das mulheres tem sido um dos grandes compromissos do movimento feminista internacional e do brasileiro, quer nas denúncias às discriminações e/ou procurando estimular, através de inúmeras estratégias, o diálogo com o Estado, objetivando elaborar políticas públicas, visando atender as necessidades desse gênero. O resultado disso, no Brasil, tem sido uma gradual mudança das normas legais vigentes nas Cartas Constitucionais (...) (ÁLVARES, 2012, p. 3).

Embora não me organize em um movimento feminista, creio que o interesse de estudar mulheres que se movimentam em busca de melhores condições de vida, extrapolando o espaço privado e participando de espaços de decisão - nas reuniões da associação comunitária, em manifestações na prefeitura, ou em reuniões com o chefe do executivo ou seu representante - pautando desfazer estereótipos historicamente construídos, é também uma tarefa feminista. Porquanto, o próprio trabalho dos pesquisadores comprometidos em analisar e registrar as diversas atividades e pontos de vista das mulheres é também uma atividade que aponta para mudanças sociais. Afora isso, quando se escolhe um tema para ser pesquisado, essa escolha se faz em detrimento de uma infinidade de outros temas, portanto, a própria escolha do tema não é neutra e em muitos casos já explicita o posicionamento do autor.

## 1.2 O caminho percorrido pela historiografia

Sabe-se que as mulheres tornaram-se apenas recentemente objeto de estudo e sujeitos da História. A história cultural, uma dimensão do campo historiográfico, é fundamental para o despertar desse interesse entre os pesquisadores. Numa historiografia marcada pelo positivismo, doutrina que se interessa pela história política e conseqüentemente pelos espaços públicos e que acredita apenas nos documentos oficiais como fontes confiáveis para as pesquisas científicas, as mulheres ficaram esquecidas. Assim, não se pode negar que a ausência das mulheres nos arquivos públicos representou durante muito tempo certo embaraço para os pesquisadores interessados na temática. Até mesmo os arquivos particulares, foram por elas mesmas, muitas vezes destruídos a fim de que suas querelas não viessem um dia à tona (Perrot, 1989).

Logo, para que as mulheres viessem a fazer parte dos estudos acadêmicos, tanto como sujeito quanto como objeto central destes estudos, foi necessário que os pesquisadores invertessem seu olhar e criticassem a historiografia tradicional que partia sempre do estudo dos grupos considerados dominantes (homens adultos, brancos e detentores de poder econômico, político, militar). Para estes pesquisadores, os personagens de seus trabalhos seriam os trabalhadores, desempregados, escravos, crianças, idosos, mulheres. Para isso, foi necessário também modificar as fontes de pesquisa e o olhar sobre elas. Inquéritos policiais, cartas, diários, relatos orais, passaram a ser considerados, pois provavelmente não seria nos documentos oficiais que aqueles sujeitos seriam encontrados e se acaso fossem não seriam os seus pontos de vista. Logo, para surpresa de historiadores desacreditados, pode-se perceber que historicamente existiu sim participação das mulheres em diversos ambientes e momentos, muito mais do que se imaginava, seja através de atitudes mais pontuais e desesperadas como práticas de aborto, suicídios, fuga da casa dos pais até as tão comuns – no que toca também a questão do trabalho - redes de colaboração tecidas entre mulheres pobres vizinhas e/ou familiares para dar conta do cuidado dos filhos, da casa, e do trabalho, seja ele formalizado ou não, estudadas por Azeredo (2010). As mulheres também se colocaram nas frentes de luta durante os motins de alimentos na Inglaterra durante o século XVIII, lembrado pelo historiador E. P. Thompson (1987), assim como as francesas no século XIX lideraram os tumultos populares resultantes das excessivas carestias, objeto de estudo de Michelle Perrot (2005).

Inseridos nesta discussão, alguns historiadores atribuem as restritas referências às mulheres nos estudos históricos ao fato de que até pouco tempo a maioria dos pesquisadores eram homens e estes próprios as negligenciavam. Outros pesquisadores dizem que isso é consequência das mulheres praticamente não terem tido participação nos grandes eventos políticos e sociais, tendo assumido o papel de coadjuvante em proveito do ator principal, o homem. De qualquer modo, graças ao esforço de estudiosas e estudiosos, hoje as abordagens e os domínios tanto nas produções historiográficas quanto na sociologia, na antropologia, na psicologia, abarcam cada vez mais as mulheres como sujeitos e protagonistas destas pesquisas. Conforme Bruschini e Unbahaum (2002, apud SILVA, 2008) o número cada vez maior de mulheres ocupando as vagas nas universidades – hoje elas são maioria - foi um fator relevante para ampliar discussões e pesquisas incluindo mulheres, porque todo pesquisador sente atração por estudar a sua própria realidade. A opinião de Maria Izilda Matos corrobora esta afirmativa, pois, a partir do momento em que as mulheres ocuparam pouco a pouco diversos espaços que não mais apenas o espaço doméstico, os pesquisadores passaram a se interessar por estas experiências:

A presença crescente das mulheres em diferentes espaços instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos da história e objeto de estudo. Essa expectativa alia-se à pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado – mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões, entre elas as motivadas pelo presente – permite perceber toda uma vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres (MATOS, 1998, p.67).

Certa de que as abordagens relativas ao tipo ou tratamento das fontes e ao campo de observação se estendeu assim como, os domínios referentes aos ambientes sociais, aos objetos e aos sujeitos históricos sendo que este conjunto de mudanças dialogou com a história das mulheres, tendo a influenciado e dela recebido influência. Pode-se dizer ainda mais, que este conjunto de mudanças na verdade faz parte de um tripé onde as três pontas estão concatenadas e são dependentes entre si: as transformações nas pesquisas acadêmicas da área das ciências humanas estão relacionadas com a ascensão da histórias das mulheres que estão relacionadas com a ascensão do movimento feminista no mundo, e estas relações se deram de forma recíproca e interativa. Conforme Tânia da Silva (2008, p. 224) “a história se tornou o local onde o feminismo pôde alterar a exclusiva universalidade do homem como sujeito”.

A década de 1960 - considerada a década da revolução e liberdade sexual, da descoberta da pílula anticoncepcional - é emblemática para os estudos acerca das mulheres, pois além de ser o período em que elas se destacam no cenário público mundial, também há o



interesse dos pesquisadores que influenciados pela história social e pelo marxismo renovado ampliam seu campo de interesse e pesquisa, tendo como objetivo dar visibilidade àqueles grupos até então negligenciados pela história (Soihet, 1997). Também a história das mentalidades e a história cultural que buscam interagir com outras disciplinas como a psicologia, a antropologia, a literatura impulsionam a abordagem do feminino. Dessa forma pode-se concluir que a interdisciplinaridade contribui de maneira fundamental para esses estudos.

No Brasil, a Sociologia e a Antropologia deram os primeiros passos no estudo das mulheres, mas deve ser dito que a historiografia, também esteve e permanece cada vez mais empenhada nisso e trazendo importantes reflexões, principalmente quando se trata do estudo das classes subalternas, a criação de estratégias informais de sobrevivência e resistência. Maria Odila Leite da Silva Dias publicou, por exemplo, em 1984, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, livro que revela a força da resistência de mulheres pobres ao longo daquele século. Em 1995 a historiadora Margareth Rago publicou, *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar*, onde também aborda as formas da resistência informais de operárias e anarquistas no começo do século XX.

Margareth Rago (1995) esclarece que na década de 1980 aflora uma segunda tendência das produções acadêmicas sobre as mulheres. Pois, é nesse momento que se amplia o interesse pela atuação das mulheres na vida social, as maneiras que elas se utilizam para reinventar seu cotidiano, as diversas formas utilizadas para driblar a dominação masculina, classista e racista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e, portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida (Ibid., p. 82).

O final dos anos 1970 é marcadamente um momento de mudança para alguns estudiosos que perceberam que não mais poderiam falar em uma identidade única das mulheres, mas em identidades variadas. Por certo que a mulher negra e pobre é vítima de um sistema de opressão e exploração de forma diferenciada, na verdade, de forma mais acentuada que a mulher branca e rica, da mesma forma que a opressão e exploração serão sentidas de forma distinta também pela mulher lésbica, pela mulher que é mãe solteira e assim por diante. Conforme estudos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 28,19% das mulheres negras de 15 anos ou mais não sabem ler ou escrever, enquanto entre as brancas esse índice é de 9,9%. No entanto, o fosso entre gênero e raça torna-se mais evidente no mercado de trabalho. As mulheres negras predominam no trabalho doméstico com 35,53%, enquanto a mulher branca representa 15,69% (dados do IBGE/PNAD, 2002).

Partindo dessa premissa, buscou-se então, suplantar a dualidade de análises que ora mostram a mulher como sofredora ora como triunfante, procurando teorias que dessem conta da complexidade das relações de poder. Emprego aqui a reflexão da historiadora Mary Del Priore:

Fundada, pois, na constatação da negação e do esquecimento, a história da mulher emergiu e ganhou musculatura, a partir de 1970, atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como às novas aquisições da história social e às pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular. Este foi um período fundamental, no qual as feministas fizeram a história da mulher, antes mesmo dos historiadores. Depois de um primeiro impulso dado à questão, as universidades abriram suas portas aos grupos de pesquisas, criaram laboratórios para abrigar reflexões sobre o tema, encorajaram trabalhos e monografias. Dois pólos fundamentais de reflexão ou duas preocupações estruturavam esta efervescência intelectual: fazer surgir as mulheres no seio de uma história pouco preocupada com as diferenças sexuais e demonstrar a opressão, a exploração e a dominação que sofriam e que as subjugava (DEL PRIORE, 2001, p. 220).

Finalmente, não seria arriscado dizer que a história das mulheres hoje considerada um campo de investigação na pesquisa científica, chegou até aqui graças ao comportamento militante de muitas pesquisadoras. Antes das historiadoras, foram as feministas que fizeram a história das mulheres. O feminismo trouxe à tona a ausência da figura feminina no território historiográfico, gerando os espaços necessários para uma história das mulheres feita por historiadoras.

## 2 MULHERES, MOVIMENTOS SOCIAIS E HISTÓRIA ORAL

Neste capítulo me proponho a analisar a inserção de três mulheres moradoras da periferia de Santa Maria em um movimento social – a associação comunitária do bairro - bem como, refletir como esta inserção as levou a participar também das assembleias do orçamento participativo, o caráter político e as consequências das suas atuações, tanto pessoalmente, quanto para a associação e para o bairro. Procurando, logo, concatenar estas três experiências localizadas às experiências ocorridas em outras regiões do país do mesmo modo que utilizando as pesquisas realizadas acerca destas experiências para embasar essa pesquisa.

Na concepção do sociólogo Lúcio Kowarick (1980) os serviços de consumo coletivos e materiais necessários para a reprodução dos trabalhadores apenas serão efetivamente alcançados quando os trabalhadores colocarem em prática canais de reivindicação autônomos e vigorosos. E ainda, que os movimentos populares urbanos devem pôr em dúvida as formas de dominação tradicionalmente exercidas pelo Estado brasileiro.

Dessa forma, não pode passar em branco a reflexão sobre a politização das mulheres - a noção dos deveres e direitos a que estão sujeitas, bem como o porquê da construção social deles, também, a clareza das contradições sociais e políticas da realidade que as cerca e a construção delas - que se inserem em movimentos sociais populares, o caráter político das suas intervenções, a maneira como veem e interagem com o poder público. Certa de que os movimentos sociais populares são caracterizados também por seu cunho pragmático, por suas demandas serem costumeiramente relacionadas a necessidades essencialmente materiais, físicas, concretas, por conta disso, classificadas muitas vezes como precisamente reformistas. Além disso, é considerável também pensar a relação destas mulheres com as conquistas feministas, com a emancipação da mulher como gênero. Fazendo uso dos questionamentos de Conte (2012), teriam essas mulheres objetivos como o da emancipação humana como totalidade, suas ações teriam um caráter pedagógico que vai da tomada de consciência de si, como gênero e classe, à ação de homens e mulheres, juntos, pela transformação da sociedade patriarcal e capitalista? Mais que isso, estariam essas mulheres, no momento das suas atuações questionando a dominação, repressão e opressão partidas do poder público?

Estas reflexões estão contidas nas páginas seguintes, no decorrer deste capítulo.

## 2.1 Movimentos sociais

Movimentos sociais são instrumentos pelos quais a população se organiza e manifesta suas reivindicações, têm, portanto, caráter social, político, econômico e cultural. Conforme Gohn (1997, p. 19-20) “movimentos sociais são fenômenos históricos, decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam”. Dessa forma podemos compreender que os movimentos sociais são variados, cambiantes, modificando-se conforme o contexto espaço-temporal-social. Por isso mesmo também o conceito pode variar de autor para autor. Fato é que enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. “E deverá haver teorias para explicá-los...” (Ibid., p.20).

E os movimentos urbanos? Um movimento social urbano para assim ser qualificado, deve conter, uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Em vista disso, recebem esta qualificação os movimentos que pautam manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo. E quando os movimentos sociais urbanos se restringem às camadas populares, são então, considerados movimentos sociais populares urbanos (Id., 1991, p.34).

É possível assim, chegarmos à conclusão de que as periferias das cidades são locais férteis para nascerem e se desenvolverem organizações que visam reivindicar e defender os direitos dos moradores. Porquanto, este espaço onde acabam se situando muitos trabalhadores, desprovido de infraestrutura básica, marcado pela autoconstrução das moradias é justamente resultado da exploração salarial e uma maneira de que a mão-de-obra se reproduza a baixos custos.

É sabido que dentro de um movimento popular os indivíduos diferenciam-se pela heterogeneidade de inserção no mercado de trabalho, mas são uniformes quanto às demandas sociais, modo de vida e consumo restrito (Id. 2003). As associações comunitárias de bairros populares são exemplares neste sentido. E a explosão destes movimentos de bairros no cenário político brasileiro remonta aos anos 1970, período em que se contrapunham aos governos autoritários e que ao mesmo tempo os trabalhadores reivindicavam condições infra estruturais básicas satisfatórias. Foi nesse período também que os pesquisadores, sentindo-se

atraídos pelo assunto deram início às primeiras pesquisas acerca dos movimentos sociais urbanos, como as pesquisas de Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato, Flávio Villaça.

Conforme (Ibid., 1991) os paradigmas analíticos que norteiam a maior parte dos pesquisadores consideram que os movimentos sociais urbanos têm como características serem manifestações das classes populares; serem fenômenos novos na sociedade; estarem centrados na esfera do consumo; partirem dos bairros, dos locais de moradia; serem heterogêneos quanto à composição social; nascerem espontaneamente; serem autônomos e alternativos; constituírem germes de transformação social; emergirem devido à existência de contradições urbanas e por fim, serem contra o Estado.

Desse modo, é partindo dessa teorização, que classifico a Associação Comunitária do Bairro Renascença como um movimento social popular urbano.

## **2.2 Movimentos sociais e mulheres**

A presença cada vez mais intensa das mulheres dentro dos movimentos como demandatárias de direitos está crescendo na mesma proporção em que cresce o interesse de estudiosos e pesquisadores em conhecer o papel desempenhado por elas. Elas despontam não apenas na luta por creches e não só através do movimento feminista, mas nos espaços mais diversos possíveis, onde se faça necessária a luta por direitos civis, políticos e sociais. Seja nas cidades ou no campo, defendendo a agricultura familiar, a agroecologia, construindo projetos de reforma agrária e se opondo ao latifúndio, lutando por políticas públicas para elas e também para os trabalhadores do campo, elas se organizam, se asseguram e avançam cada dia mais na defesa de seus direitos. Não faltam exemplos para serem citados: a luta de mulheres pelo direito à moradia na capital do Piauí, estudada por Masilene Viana (2005); as trabalhadoras rurais da Via Campesina estudadas por Isaura Conte (2012); a construção de moradias populares por mulheres organizadas através do sistema de mutirões na cidade de São Paulo estudada por Rosana Maria Pires Barbato Schwartz (2004), dentre tantos outros.

Nas cidades percebemos sua atuação no Movimento Nacional de Luta pela Moradia, no Movimento dos Atingidos por Barragens, nos sindicatos de professores, sindicatos de servidores públicos, em associações comunitárias, associações de mutirões para construção de moradias populares, movimento estudantil, partidos políticos. Enfim, em todas as áreas - sejam elas profissionais, estudantis, ou mesmo relacionadas aos espaços de trânsito ou

moradia - as mulheres se fazem presentes com o propósito de adquirir aquilo que também através de lutas descobriram ser direitos seus e das pessoas que as cercam.

O problema é que apesar de todo este progresso em relação à inserção das mulheres nos movimentos sociais, chama a atenção que quanto aos movimentos sociais ditos populares as atuações femininas foram tratadas com negligência ora pelos próprios companheiros de luta, ora pelos próprios pesquisadores. Isabel Conte em suas elucidações a respeito, esclarece que:

Nas lutas envolvendo homens e mulheres, elas sempre foram diluídas na generalidade do masculino, mesmo quando estavam à frente ou desencadeavam processos revolucionários (...). (...) a não problematização histórica da presença de mulheres nos MSP é sintomática. Tomava-se como ponto de partida uma ideia inquestionável de igualdade. Com isso, parecia não haver motivo para introduzir uma diferenciação entre participação masculina e feminina, mesmo sendo a primeira, a categoria masculina – sempre – a fornecer os parâmetros para a participação na vida pública, e mesmo se as imagens das mulheres nas ruas, com suas vozes agressivas, sacudissem as explicações fáceis do machismo, da eterna submissão das mulheres (CONTE, 2012, p. 01).

Emprego aqui as reflexões de Castells (1999, p. 223), o intelectual julga que o maior progresso acontecido a partir dos anos 80 foi o aumento do número de organizações de base popular, dirigidos e até mesmo criados por mulheres nas regiões metropolitanas dos países em desenvolvimento. As mulheres, vítimas particulares de crises econômicas e políticas de austeridade se viram obrigadas a escolher entre a luta ou a morte. Considero que esta participação em massa das mulheres nas ações coletivas dos movimentos populares, ao mesmo tempo em que estão se inserindo no mercado de trabalho está modificando a conscientização delas acerca de seus papéis sociais, mesmo não tendo a ideologia feminista articulada. Todo esse conjunto de mudanças reflete na emergência de uma identidade coletiva onde as mulheres se veem como sujeitos capacitados.

Ponderando a conclusão de Conte (Ibid., p.02) de que a participação das mulheres nos Movimentos Sociais Populares foi negligenciada pelos pesquisadores de forma que suas presenças foram diluídas no movimento como um todo, uma vez que os movimentos urbanos apresentam um conjunto complexo de significados e as questões de gênero não serem sempre explícitas. Acrescenta-se ainda a isso as conclusões de Castells *loc. cit.*, de que esta mesma realidade representa uma grande mudança social. Penso que trabalhos como este que me proponho a pesquisar são fundamentais tanto para os movimentos sociais, para as mulheres, quanto para os estudos acadêmicos.

Em Santa Maria, inúmeros movimentos de luta pela moradia, ocupações de terras urbanas, contestações quanto à função social da terra, associações comunitárias, são

constantes, principalmente após a segunda metade do século XX. O caso mais emblemático é o da ocupação da Fazenda Santa Marta, na região oeste da cidade, ocorrido entre os anos de 1991 e 1993, considerada naquele momento a maior ocupação de terras públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, estudos referentes a estas lutas são escassos. Indo além, se pesquisas sobre estas lutas citadas acima são parcas em Santa Maria, mais reduzidas ainda são as que se interessam pela participação das mulheres nestes espaços de luta, contestação e resistência.

### **2.3 Dona Marlene, Rose e Andreia**

Dona Marlene Rodrigues Lopes, 50 anos, natural de São Vicente do Sul, residente em Santa Maria há 22 anos (todos eles na Renascença), casada, empregada doméstica que apesar de aposentada, permanece exercendo a profissão, estudou até a sétima série do ensino fundamental. Foi presidenta da associação de 1997 até 2003 (dois mandatos), período em que a cidade teve como prefeito Osvaldo Nascimento da Silva (1997 – 2000) do e Valdeci Oliveira (iniciou em 2001 e permaneceu até 2008, cumprindo dois mandatos) do PT.

Perguntada sobre os motivos que a levaram a se envolver, explica que antes dela, havia outra mulher na liderança da associação e que após a eleição foi perdendo apoio dos moradores por não ter agido de forma “honesta”. Por conta disso, os moradores passaram a pedir sua candidatura, pois, há bastante tempo já vinha se destacando por organizar festas e eventos nas datas comemorativas em prol da comunidade, sempre de forma honrada.

Quanto às demandas correntes no Bairro na época em que assumiu a associação, ela relata que eram relativas à infraestrutura. Narra que logo foi alcançada a canalização das valetas e a iluminação pública das ruas, pois, antes disso, os trabalhadores e as trabalhadoras eram obrigadas a enfrentar a escuridão das ruas todas as madrugadas e início de manhãs quando saíam para trabalhar. A profissional agente de saúde foi também uma conquista da associação.

Na opinião dela, os objetivos foram alcançados. Mas evidencia de forma categórica: através de muita luta, “muita seis horas da manhã”. E vai além, considera que no período posterior a sua gestão, o bairro ficou praticamente estagnado, relacionando as conquistas ao seu dinamismo.

Foi uma luta imensa, mas a gente conseguiu. Bom, tanto tá que tu vê o que é a Renascença hoje, a gente conseguiu. Mas foi muita briga, muita luta, muita seis horas da manhã, teve época que a gente ia pras reuniões na parte da noite, né, então quer dizer que eu ia pra brigar e todas as vez que me davam oportunidade eu brigava feio. Eu, me davam o microfone e eu enlouquecia, eu botava os pingo no i. Então quer dizer que eu fui uma mulher de luta, uma mulher de batalha, uma mulher que precisava né, disso aí. Então quando eu parei a Renascença quase que parou também (Dona Marlene, 17 de junho de 2012).

Quanto às táticas utilizadas para reivindicação, ela explica que na maioria das vezes os membros da associação acordavam que deviam pedir por reuniões, geralmente com o chefe do executivo ou algum representante dele. Escreviam ofícios e enviavam para a prefeitura pedindo uma reunião, caso fossem ignoradas, iam pessoalmente na prefeitura, na verdade na maior parte das vezes foram direto na secretaria de obras do município, localizada na época, na Avenida Medianeira, 355 . Em uma ocasião sentiram a necessidade de se armar de tampas e painéis para serem ouvidas. E assim o fizeram!

Em uma ocasião Dona Marlene pediu o espaço reservado para os representantes de bairros, na TV Pampa. Para a surpresa do entrevistador (ele não esperava que a representante da associação fosse mulher) que elencou diversas perguntas sobre o fato de uma mulher estar presidindo uma associação com tamanha determinação. A todas elas Dona Marlene respondeu sem pestanejar. O programa estava cuidadosamente guardado, por ela e pelo marido, em uma fita VHS e agora, também na versão DVD.

A escola que havia no Bairro chamada Escola São Luís, gerida por irmãos maristas, em 2000 foi desativada porque os irmãos foram direcionados para trabalhos em outras regiões do estado, do país e alguns para outros países<sup>5</sup>. Dessa forma, os moradores, organizados pela associação, sentiram necessidade de pressionar pela permanência da escola no Bairro, procederam então, da seguinte maneira:

... teve uma época que o colégio aqui ia fechar, que iam fazer um albergue, um colégio que tem quase 30 anos desde que a Renascença existiu e eu marquei presença, eu marquei com os presidentes, eu marquei com o secretário e chamei na vila, na vila, eu botei toda a Renascença eu coloquei toda a Renascença dentro do colégio aí pra nós brigar pro colégio não fechar e o colégio não fechou e continua agora (D. Marlene, entrevista cedida em 17 de junho de 2012).

---

<sup>5</sup> Em 1998, os Irmãos Maristas, fundaram no Bairro Nova Santa Marta (região oeste de Santa Maria) a Escola de Ensino Fundamental Marista Santa Marta e o Centro Social Marista Santa Marta que integram a Rede Marista de Educação e Solidariedade, hoje presente em mais de 75 países e com quase 200 anos de atuação mundial. Posteriormente, em 2001, instalaram também, junto à escola um Centro Social, consolidando assim, seu trabalho social naquela região.



Confirmando o que foi dito por Dona Marlene, a reivindicação dos moradores foi atendida, a escola foi assumida pela prefeitura e passou a chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental Sérgio Lopes, em homenagem ao primeiro vereador do Partido dos Trabalhadores que teve em Santa Maria.

Quanto à relação com os homens, diz que sempre se sentiu respeitada, no Bairro, todos a respeitam desde os pequenos até os mais velhos, mesmo depois do seu afastamento. Quantos às autoridades refere que:

Às vezes a gente marcava reunião, com prefeitos, e não éramos bem recebidas. Uma vez marquei reunião com o prefeito Valdeci, e quando cheguei ele disse que não havia nada marcado. Eu ainda assim entrei na sala dele e coloquei os pingos nos is, disse que se o tempo dele era precioso, o meu também era, pois eu trabalho, sou doméstica, meu trabalho ficou me esperando (D. Marlene, entrevista cedida em 17 de junho de 2012).

Acerca do envolvimento com outros movimentos sociais, ou partidos políticos diz que nunca houve de sua parte, “porque vira uma bagunça”, “ou tu é pelo lado político ou tu é pela comunidade”. Partindo desta dicotomia, optou pela comunidade. Sobre as figuras políticas de quem mais receberam apoio e se sentiram atendidas, recorda o prefeito Osvaldo Nascimento “o nosso prefeito que sempre nos apoiou, que sempre nos deu apoio, que nunca me negou uma reunião, quando eu chamava ele era o Osvaldo Nascimento, na época que ele era o prefeito, aquele foi 10”. O que não sucedeu com o prefeito Valdeci “... o Valdeci, minha nossa! Era só na base da briga, se não, não saía nada”, crítica esta que estende à administração atual, do prefeito César Schirmer (PMDB) ao qual atribui o fato do bairro estar praticamente esquecido. Na câmara dos vereadores, tinha por parceiro o vereador Cláudio Rosa (PMDB), pois além de escutar as demandas da associação, ir pessoalmente no bairro, se esforçou para reivindicar a agente de saúde para o bairro e para resolver o problema de uma sanga que corre nos fundos da sua rua e que em dias de chuva acabava inundando algumas casas próximas.

Tinha como parceira também a empresa de transportes Expresso Medianeira, que quando era necessário, emprestava ônibus para transportar os moradores até a prefeitura ou nas assembleias do Orçamento Participativo.

Então quer dizer que eu sempre tive um apoio incrível da Expresso Medianeira, só tenho a falar nota 10, que quando eu trabalhei todo esse tempo eles trabalharam junto comigo também, se eu precisasse deles pra brigar, pra discutir através de... da gente, da Renascença, eles também tavam junto comigo (Entrevista realizada em 17 de junho de 2012).

A princípio causa estranhamento o fato de líderes comunitários, representantes de bairros bastante empobrecidos, assombrados pela especulação imobiliária, historicamente negligenciados por partidos políticos conservadores, sentirem-se apoiados justamente por membros destes partidos e por uma empresa que historicamente se mostra do lado contrário ao dos trabalhadores, aumentando de forma abusiva e arbitrária o valor da passagem do transporte público. Gohn (Id., p. 39-40) explica que embora os movimentos se declarem apolíticos – nos sentido de não haver filiação partidária - e realmente não possuam vínculos formais explícitos com partidos políticos, na prática os vínculos se estabelecem via lideranças e há um processo de luta interna nos movimentos pelo controle. As considerações de Maria Luzia Álvares (2012) também ajudam pensar essa questão quando explica que há poucos estudos que procuram esclarecer a forma como as mulheres atuam para escolher seus candidatos ou candidatas ou se estão alinhadas aos partidos de esquerda ou de direita, haja vista que o direito de participar dos processos eleitorais é uma conquista recente na história brasileira.

A opinião da Dona Marlene sobre a condição atual das mulheres na sociedade é que essas, têm sim capacidade de lutar e exigir seus direitos, “tem pessoas que não sabe da capacidade que tem, que fica acuada, que fica sentada, porque que não vão olhar direito pra ela, mas não é assim, a mulher tem que ir à luta, à luta e brigar pelos seus objetivos, tem que ir até o fim, é muito bom”.

O aprendizado maior, para Dona Marlene, foi ter aprendido lutar para adquirir aquilo que é direito. Acabou se afastando por motivos de doença, mas “... se fosse possível começar tudo de novo, eu fazia tudo de novo da mesma maneira sabe, com orgulho”.

Jocemara Medianeira de Cristo Pereira, a Rose, 37 anos, dona-de-casa, natural de Santa Maria, casada, mãe de quatro filhos, completou a sexta série do ensino fundamental. Participou da associação porque desejava ver melhorias no bairro.

Quanto às demandas, explica que eram relativas à infraestrutura, mas também enxergavam a necessidade de angariar alimentos e roupas para os moradores mais empobrecidos. Após o recolhimento das roupas e alimentos, reuniam tudo no salão da escola e chamavam os moradores. O critério principal era as famílias mais miseráveis tinham prioridade. Algumas vezes acabavam entrando em conflito “as pessoas não entendem né que às vezes tinha uns que precisavam mais, a gente tava vendo que aquela família precisava mais, claro que tinha que dar praquela pessoa, aquela família, e as pessoas às vezes não entendiam...” (Entrevista cedida em 18 de junho de 2012). Na verdade, a era a ausência de sentimento de solidariedade e cooperação entre os moradores que a incomodava.

Questionada se as demandas foram alcançadas, diferentemente da Dona Marlene e da Andreia, responde que nem todas. As obras de canalização dos esgotos, apesar de terem sido feitas, a qualidade é questionável, pois em dia de enchente a sanga que corre atrás da rua em que mora, aumenta de volume e muitas casas acabam sendo atingidas, com sujeira que vem do esgoto, sendo que sempre pediram a colocação de canos, pelo menos que desse escoamento para a água. Relata que muitas famílias precisam mudar o local de moradia para não serem atingidas e perderem o pouco que têm. Desabafa sobre o esquecimento a que está submetido o bairro pelos políticos, pois, era necessário, chamá-los nos momentos críticos como os dias de enchente, na esperança de que assim se solidarizassem com a situação a que os moradores estavam expostos.

Quanto às formas utilizadas para pressionarem os políticos e negociarem suas demandas cita também as reuniões, escreviam ofícios e enviavam à prefeitura, portanto reitera o que foi dito por Dona Marlene. O episódio em que se utilizaram do “panelaço”, ela não estava presente, mas, segundo ela, foi uma prática mais corrente entre as mulheres mais velhas, da geração anterior.

Bater panela era no tempo da minha sogra, a minha sogra que conta essas histórias aí, foi em oitenta e poucos, tempo do Seu Adelmo eu acho. Que quando queria as coisas, as coisas assim, esgoto ia pra frente da prefeitura e começava bater panela na frente da prefeitura até o prefeito atender. Mulher e homem junto, naquela época acho que até de caminhão iam né, hoje em dia... daí conseguiam as coisas assim também, foi lá em oitenta e poucos (Rose, 18 de junho de 2012).

Quanto à relação de convivência na associação e no bairro, diz que era tranquila, sentia que era respeitada tanto pelos homens que participavam da associação quanto pelos demais moradores da vila. Em relação aos políticos, transcrevo abaixo o diálogo:

Às vezes os políticos, os vereador assim, não levava a gente muito a sério, a gente ia nas reunião, as vez reclamava disso, reclamava daquilo, sei lá. *Mas você atribui isso ao fato de vocês serem mulheres ou ao fato de serem da Renascença?* Eu não sei, de repente é mais da vila mesmo, sei lá, ou por ser mulher. De repente se fosse os homens dariam mais valor (Rose, 18 de junho de 2012).

Há de se problematizar que existe para as mulheres que participam desses espaços diferença entre a possibilidade de falar e a outra, bem mais difícil, a de serem escutadas nos espaços mistos, onde interagem, ou tentam interagir com os homens. Rose não sabe dizer ao certo o que pesava mais no momento em que se sentiam ignoradas, o estigma de ser mulher ou de ser pobre, moradora da Renascença. Creio que as duas coisas, de forma que uma se torna um agravante da outra.

Assim como a Dona Marlene nunca teve envolvimento com qualquer outro movimento social, nem partidos políticos, nunca fez campanha pra ninguém, inclusive, da mesma forma que a Dona Marlene, considera que nem deveriam ter esse envolvimento. Reiterando Dona Marlene, conta que o vereador mais solícito foi o vereador Cláudio Rosa que por vezes mobilizou a RBS TV, para se deslocar até o bairro e registrar os “maus bocados” que os moradores estavam passando.

Escândalo assim que ele fazia escândalo, fazia gritado, chamava a RBS, chamava tudo né, ele chamava pra nós. Até uma vez a Marlene chamou, a Marlene chamou uma vez a RBS pra filmar uma vez nós tirar ali um senhor que tava doente numa cama, numa maca tava cheio d'água, chamamos a RBS pra ver esgoto aí. E o Cláudio Rosa, ele vinha, enfiava dirigente e ela ia com ele na prefeitura (Rose, 18 de junho de 2012).

Rose assim como Dona Marlene não se esquece de falar na Empresa de Transportes Expresso Medianeira, tida como uma parceira, pois sempre que solicitada emprestava ônibus para levar os moradores do bairro nas assembleias do Orçamento Participativo, por exemplo.

Quando questionada sobre o que percebe de diferente na atuação de mulheres e de homens, acredita que as mulheres sejam mais determinadas, encaram e resolvem os problemas com mais dinamismo, além de “enxergarem mais as coisas”. Creio que o fato das mulheres permanecerem mais tempo no bairro em decorrência do cuidado dos filhos, e da casa faça com que as deficiências infra estruturais revelem-se com mais contundência pra elas do que para os homens.

Eu acho que a mulher tem mais garra, tem mais chance de chegar nas pessoas e falar, já os homens não tem muita... se quiser falar fala, mas não fala igual a mulher eu acho. A gente ia mesmo nos negócio e falava, a Marlene falava, abria a boca e não queria saber, eu acho isso que a mulher tem mais garra (Entrevista realizada em 18 de junho de 2012).

Quanto aos aprendizados:

O que eu aprendi a querer conquistar as coisas pra vila. Eu sou uma pessoa assim que eu gosto, se eu pudesse ajudar todo mundo aqui da vila né. A não ficar esperando, tem que correr atrás. Eu sei assim que o prefeito depende, mas não depende só dele também, depende dos outros também e a gente tem que correr atrás deles pra poder... aquela época era muito boa, eu gostava (Rose, 18 de junho de 2012).

Compartilho aqui as reflexões de Masilene Viana (2005) sobre a luta de mulheres sem-teto em Teresina capital do Piauí. Mulheres que se organizaram para garantir o direito a condições dignas de habitabilidade e o direito à cidade. Segundo a pesquisadora no próprio processo de lutas, as mulheres foram pouco a pouco criando condições para compreender que

a melhor opção para quem quer sua casa é a organização da autogestão, da responsabilidade dentro de um projeto que é coletivo e da construção do entendimento do que é coletividade e solidariedade. Acredito que as mulheres que ousam participar de qualquer espaço que extrapola o espaço privado do lar, na sua maioria o fazem motivadas também por um sentimento de solidariedade, partindo da ideia de conquistar direitos que serão coletivos e não apenas individuais, mas, dentro do próprio coletivo, nas ações cotidianas esse sentimento assim como a necessidade de cooperação e de resistência se fortalecem. As experiências proporcionadas dentro desses espaços organizativos fortalecem as ideias tidas a priori.

A terceira entrevistada, Andreia Medianeira Dias Pilar, 34 anos, atualmente é auxiliar de pizzaiola, é solteira e mãe de duas filhas. Trabalha e sustenta sozinha as duas meninas. É natural de Santa Maria e vive há 21 anos na Renascença. Foi secretária da associação, no período em que Dona Marlene foi presidente. Não sabe precisar exatamente quanto tempo, mas sabe que era bem jovem, uns 17 ou 18 anos, pois aos 19 engravidou pela primeira vez e por isso, acabou se afastando da associação, pois com a gravidez veio a necessidade de trabalhar mais para dar conta das novas despesas. Aqui fica evidente o quanto é latente para as mulheres as memórias vinculadas a vínculos afetivos e familiares.

Como secretária suas funções eram basicamente, escrever e endereçar ofícios, avisar os moradores sobre as reuniões e organizá-las, fazer um levantamento mensal sobre as necessidades das famílias (número de filhos, pesagem das crianças, vacinação em dia, problemas de saúde). Assim, sua atuação estava restrita ao espaço do bairro, tendo acompanhado pouco as atividades na prefeitura, na câmara dos vereadores ou mesmo na secretaria de obras, apesar de que não era uma resolução definitiva e sim uma opção.

Participou da associação por incentivo da Dona Marlene e pelo desafio de estar aprendendo coisas novas, além de poder ajudar os moradores e transformar o bairro em um lugar melhor para viver. Na época, trabalhava três vezes por semana, então tinha algum tempo sobrando que resolveu dedicá-lo às atividades da associação. As demandas pelas quais lutavam, eram relativas à infraestrutura, principalmente saneamento básico.

Se as exigências foram alcançadas, considera que sim e atribui isso à existência da associação e faz questão de lembrar que a Associação do Bairro Renascença sempre teve mulheres na sua composição:

... foi lutado por isso, foi lutado desde que eu vim morar aqui a associação sempre foi de mulheres que eu me lembro aqui né, foi a Dona Carmem, quando eu vim pra cá era a Carmem, era o Seu Adelmo, depois a Dona Carmem, depois a Marlene ficou mais de três anos, não me lembro bem e as mulheres sempre, a minha mãe também trabalhou na associação, minha tia (...) Nós andava no barro, até aqui de

barro, saía de casa pra trabalhar, chegava lá em cima tava tudo cheio de barro e agora, graças a Deus a escola também melhorou, tudo ficou bem melhor né, então eu acho que foi. Então eu acho que foi a melhoria através da associação com a prefeitura, porque eu acho que se não tem alguém que responda por a gente aqui, pelos moradores, daí não tem né (Andreia, 21 de junho de 2012).

Avalia que há bastante coisa por fazer, justamente por ter consciência de que as demandas não são estáticas, variam conforme o passar do tempo.

Perguntada sobre como era a relação de convivência com os homens tanto do bairro quanto os políticos, sua resposta não é precisa. Andreia considera que sofreu sim preconceito por ser mulher, porque quando acabava ocorrendo um erro, eram chamadas de burras, por homens e por outras mulheres também. Além disso, ela reclama da responsabilidade recair sempre nos ombros da presidenta, atitude vinda afinal de quem não participa dos espaços de discussão.

A gente sofre sim, porque chega as pessoas assim e diz “é tu tá aí mas não sabe de nada”. A Marlene teve muita luta pra ficar. Assim, é uma burra, não sabe das coisas, tá fazendo tudo errado, claro a gente tá tentando fazer as coisas, mas não consegue alcançar a meta no caso, daí as pessoas vêm com as cobranças né. E daí fica tudo em cima da presidenta que é a mulher que tá ali lutando e aí fica pesado, fica difícil ela enfrentar sozinha sendo que ela tem uma equipe de várias pessoas, e cadê a equipe pra ajudar ela. Às vezes nisso aí a pessoa que tá trabalhando numa associação sente o peso disso aí. Preconceito eu não digo, mas a gente sofre muita cobrança, as vezes tu tá fazendo as coisas e vem alguém, ah tu tá fazendo errado. Tu tá tentando fazer as coisas certo, tá aprendendo, e como eu disse assim, eu nunca tinha entrado num negócio assim (Andreia, 21 de junho de 2012).

A partir disso, infiro que o problema de concentração de tarefas nos ombros da presidenta e dos membros mais próximos, seja na verdade reflexo de dificuldades organizacionais, de não haver incumbências prévias de funções a todos os membros, pois, quando Andreia conta sobre uma época mais anterior, em que Dona Carmem havia presidido a associação, lembra que o trabalho era realmente dividido entre uma equipe, sem sobrecarga de um membro.

Do mesmo modo como Dona Marlene e Rose, Andreia também nunca militou em outro movimento social, nem em partido político. Assim como Dona Marlene e Rose considera que a Expresso Medianeira foi uma grande parceira da associação e do bairro.

Na sua opinião, as mulheres hoje conquistaram espaços significativos na sociedade, graças à luta das mulheres das gerações passadas, atualmente as mulheres desfrutam de melhores condições de vida, mais liberdade. E dá o exemplo de uma conhecida.

Agora tá melhor porque as mulheres tão dando a cara pra bater e elas vão pra cima. Eu conheço uma lá da Maringá que é uma amiga nossa e ela pegou de presidenta, eu quero que tu veja o que ela... ela nem vem mais aqui na vila porque ela não tem tempo. O que ela corre pra lá, o que ela faz lá na prefeitura pra poder adquirir as

coisas lá na Maringá<sup>6</sup>, porque ela sabe que não tá bem. Mas também ela entrou e fez o relatório todo, então ela disse tá Andreia é difícil, a gente tem que lutar, mas às vezes é bem difícil pra gente, eles acham que a gente tá brincando e acaba que a gente tem que bater de frente com eles. E eu agora nem quero saber, porque a gente se incomoda, mas eu não vou desistir, eu vou dar a cara a tapa pra bater. Então a mulher tá bem mais firme agora (Andreia, 21 de junho de 2012).

Conta ainda que as mulheres são em maior número participantes das associações comunitárias que conhece. A isso ela atribui o fato das mulheres permanecerem mais tempo no bairro e dialogarem mais com os demais moradores e também que essas são mais determinadas que os homens. Utilizo aqui as reflexões de Isaura Conte (Ibid., p.04), onde afirma que as mulheres constituem 70% dos empobrecidos do planeta e, junto com elas, estão milhares de crianças na miséria. As mulheres pobres sentem os diversos tipos de opressão e exploração cotidianamente, especialmente se estas estiverem associadas à dependência masculina, como se elas não tivessem capacidade de ter um pensamento próprio, de expressá-lo e, inclusive de dar direção às lutas históricas de enfrentamento como protagonistas. Elas têm conhecimento de terem sido negadas na história enquanto sujeitos coletivos, por serem consideradas criaturas de segunda ordem, justificando-se, assim, a sua ocultação. E essa caracterização se reflete em suas lutas, consideradas por muitos, como lutas de menor importância. Às hipóteses de Andreia somo a hipótese de Conte *op. cit.* pois o temor da pobreza extrema acrescido da conscientização da negação histórica como sujeitos podem em determinados momentos agirem como combustível para o desejo de transformação.

Quanto aos aprendizados, Andreia diz que a militância na associação fez com que se aproximasse mais das pessoas e convivesse melhor com elas, se sensibilizasse com as dificuldades dos vizinhos. Aprendeu a escrever ofícios, relatórios, o que pra ela tem um grande significado, pois estudou só até a quinta série do ensino fundamental.

As três entrevistadas disseram que lutaram por pautas específicas para as mulheres, a saber, creche, cursos profissionalizantes e artesanais, além também do posto de saúde. Infelizmente a creche e o posto de saúde não foram alcançados, mas os cursos sim. Não conseguiram creche porque existe uma próxima ao bairro, chamada Nosso Lar. Mesmo com a argumentação delas de que para as mulheres que vivem na Renascença Escola Municipal de Educação Infantil Nosso Lar fica um tanto quanto deslocada, pois têm que sair muito cedo de casa para levar as crianças e é difícil também conseguir vagas, esta demanda permanece pendente. Assim como o posto de saúde, os mais próximos estão localizados na Vila Lúcia e Vila Rossi, locais bastante disputados em relação às fichas de atendimento e requisição para

---

<sup>6</sup> Unidade residência que faz parte do Bairro Diácono João Luís Pozzobon, localizado na região leste de Santa Maria.

exames. A contra argumentação da prefeitura municipal é de que são necessários em torno de 2000 moradores para que um bairro ou vila tenha um posto de saúde próprio, o que não é o caso da comunidade da Renascença. Portanto, assim como a creche, a demanda por posto de saúde continua pendente. Não obstante, a luta existiu, e quem participou dela não deixa de lembrar:

Nós brigamos feio, nós mulheres brigamos por causa disso aí, mas a gente não conseguiu por ter a Nosso Lar pertencendo pra Renascença. Outra coisa também a gente lutou muito por um posto, um posto aqui na Renascença porque a gente tem que sair de madrugada, a gente vai ali na Lídia, a gente vai na Vila Rossi (Dona Marlene, entrevista realizada em 17 de junho de 2012).

Quanto às assembleias do Orçamento Participativo - mecanismo governamental que visa à democracia participativa permitindo aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, na maior parte das vezes o orçamento das prefeituras municipais, por meio da participação da comunidade - foi elencado que a esmagadora maioria de participantes eram mulheres:

Mais mulheres, mas sempre foram mulher, em todo lugar, era mais mulher, assim de 100 tu bota o que uns 70, 80 por cento de mulher. *Tanto assim?* Sim, sempre mais mulher, não sei por que o homem, aqui na vila mesmo é mais mulher mesmo, poucos homens, não tinha assim muito, um que outro ia, mais era mulher mesmo. *E das outras vilas também?* Sim, sempre tinha mais mulher, sei lá o que que o homem acha, por isso que eu digo, a mulher tem mais garra que o homem. Nosso mesmo que saía daqui era mais mulher, não tinha muito homem, dizer que tinha, tinha, mas mais mulher (Rose. Entrevista realizada em 18 de junho de 2012).

... é, são poucos os homens que iam junto pra assistir e lutar, brigar né. *Quer dizer então que na maioria das associações comunitárias predomina mulher?* Predomina mulher, porque, olha que seu sei, quase todas as vilas são mulher eu acho, ali na Lídia, na Arco-Íris também era, não sei agora como é que tá. Mas a maioria sempre foi as mulheres que sempre botaram a cara. A gente sempre lutou pelas vilas (Andreia. Entrevista realizada em 21 de junho de 2012).

“O Orçamento Participativo é um modelo institucional de inclusão contínua dos cidadãos na gestão pública, especialmente, em nível municipal, que tem como função primordial a inserção da sociedade no processo decisório da política local” (Campos, 2005, p. 01). O OP tem como um de seus propósitos nortear os primeiros passos e fortalecer a democracia participativa onde cidadãos deixam de ser receptores e passam a ser protagonistas das políticas públicas.

Desde a sua implementação - durante o processo de redemocratização do país – após a Ditadura Civil-militar (1964-1985) - ele vem se consolidando como um processo de



descentralização do poder nas cidades onde é implementado. Assim, pode ser considerado como uma alternativa de gestão pública com participação popular.

O OP é um espaço onde historicamente participam representantes das classes baixas, geralmente famílias com renda máxima de dois salários mínimos. Quanto à presença feminina, em pesquisas e artigos acadêmicos encontrados sobre o Orçamento participativo em Porto Alegre em que se procurou traçar um perfil dos participantes, pode-se perceber que ao longo dos anos, aumentou significativamente a participação das mulheres neste processo. Conforme Campos (Ibid., 2005) a partir de 1998, elas foram revertendo o quadro onde os homens eram maioria, sendo que em 2005 elas se tornaram realmente majoritárias. Apesar disso, foi mais difícil reverter o quadro onde os homens aparecem como maioria nas instâncias de decisão, neste caso, especificamente o Conselho do Orçamento Participativo. Contudo, mesmo que de forma mais lenta, elas estão se apropriando também destes espaços. Assim, pode-se dizer que a esta participação a que tanto as três entrevistadas remetem é fato que está acontecendo a um nível mais amplo.

O bairro Renascença permanece tendo feições de periferia, com suas casas simples, seus moradores vestidos de forma singela, crianças brincando nas ruas, vizinhos conversando na calçada, o Arroio Cadena poluído, representando – nos períodos de chuva - uma ameaça para os que moram logo no seu entorno. Mas, é importante ressaltar a ponderação feita pelas três entrevistadas, hoje o bairro é outro, mesmo existindo ainda inúmeras demandas, pois elas não se esgotam em cinco, dez ou quinze anos de luta, pelo contrário, serão sempre atualizadas enquanto persistirem as desigualdades. A comunidade da Renascença é, para elas um lugar muito melhor para viver do que foi há alguns anos atrás. Graças ao esforço delas e dos demais moradores que ousaram brigar por esta transformação. “... a gente transformou uma vila na sujeira, na coisa, numa beleza, então isso aí foi muito bom, esse tempo aí foi muito bom” (Dona Marlene, 17 de junho de 2012).

Conforme o relato das três entrevistadas, é possível apreender que todas elas lembram a época em que participaram da associação com bastante saudade, consideram uma época de aprendizados, sejam eles pessoais ou como parte de um grupo. Desenvolveram a noção de solidariedade, de coletivo, ou fortaleceram essa noção.

As demandas eram bastante pragmáticas, relacionadas à infraestrutura, visando o acesso e a garantia aos bens e aos serviços públicos necessários à reprodução da mão-de-obra dos trabalhadores moradores do bairro. Logo, foi através das reivindicações por bens e serviços materiais que suscitou nelas a conscientização da importância da participação das mulheres nos espaços públicos e a importância da organização coletiva para aquisição destes

direitos. Além disso, elas têm conhecimento que a participação feminina nos espaços públicos ainda é recente e é resultado de lutas e, por isso mesmo se orgulham de terem lutado, tomado parte e colaborado também desse processo de mudanças.

Creio que as experiências aqui relatadas, de extrapolar o espaço privado, o espaço historicamente destinado às mulheres para adentrar o espaço público, historicamente masculino, expondo “a cara à tapa” devem ser vistas como formas de resistência ao que se considera pelo ponto de vista conservador os papéis e os lugares femininos. Logo, foi possível apreender que através da participação na associação, nos dizeres de Gohn (Ibid., 1991) elas descortinaram os direitos sociais e tomaram consciência da segregação social, econômica e política a que os trabalhadores estão submetidos.

## **2.4 História Oral e História das Mulheres**

Falar em história oral e história das mulheres não é tarefa difícil visto que, o cruzamento entre elas é muito consistente. Ambas tiveram nas suas origens propósitos similares: trazer para dentro da historiografia, sujeitos históricos até então desconsiderados. A crítica à abordagem conservadora dos historiadores tradicionais passava pela inversão do olhar direcionado não só aos sujeitos, mas também às fontes.

Desde os seus primórdios, a história oral e a história das mulheres têm mostrado significativas similitudes em seus propósitos e objetivos, bem como em seus campos de interesse. Ambas foram produzidas (ao menos no que se refere à sua disseminação mais ampla) pelos movimentos sociais e políticos desenvolvidos a partir do final dos anos 1960. Em ambas, o estágio inicial, foi dominado pela ideia de resgate de uma história oculta. Historiadores orais buscaram inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova “história vinda de baixo”, enquanto feministas desejaram demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado, o que, pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas (SALVATICI, 2005, p. 29).

O trabalho com História Oral costuma ser sempre uma experiência gratificante porque, até a ocasião da entrevista é difícil imaginar quanta riqueza de informações, quantas memórias, quantas experiências e emoções serão expostas, reveladas naquele momento. Depois de uma entrevista o pensamento corrente costuma ser aquele de dúvida, pois, se mantivermos a decisão de abordar aquele recorte definido previamente, muitos mais – daqueles descortinados durante a entrevista - ficarão de fora. Além disso, manter o contato

com pessoas que fazem parte da própria pesquisa faz emergir um sentimento de proximidade com aquilo que está sendo pesquisado, o envolvimento é maior, pois, “(...) a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais” (Lozano, 1998, p. 16). Quando os sujeitos em pauta são mulheres, mulheres pobres, a abordagem através desta metodologia é ainda mais imprescindível. As considerações de Mary Del Priore são ilustrativas nesse sentido:

... outra abordagem utilizada com êxito para ouvir a história vinda de baixo baseou-se na história oral e na recuperação da memória feminina. Tornava-se, então, indispensável reabilitar a subjetividade e introduzi-la na interpretação das fontes, ao nível do observado mas, também do observador. A história oral insiste sobre este aspecto que, aliás, desabrocha nas entrevistas. A consciência de falar de um certo lugar – aquele, entre outros da opressão, da ocultação e mesmo aquele que separa pesquisadores de pesquisados – acabou por destruir a pretensa neutralidade da ciência histórica. Evocando a subjetividade do privado, a história oral ajudou restituir-lhes a dimensão política, dando significação política aos discursos pessoais das mulheres. A oralidade permitiu, assim, resgatar a identidade e a vida daquelas que vivem no anonimato: donas de casa, solteironas, viúvas, empregadas, trabalhadoras, ou miseráveis. Quanto maior a sua opressão, tanto mais importante dar-lhes voz, pois contar a sua história significa a possibilidade de reconstituição de suas identidades femininas (Id., p. 229).

Compreendi que para as três, as lembranças daquela época eram lembranças afáveis, que deixaram, além de aprendizados, saudade. Essa é mais uma característica da história oral, permitir a abordagem não apenas dos eventos, mas também do significado que estes eventos tiveram na vida dos sujeitos envolvidos. A subjetividade encontrada nas falas dos entrevistados e que é ponderada pelo historiador oral, é considerada como sendo campo central não apenas na história oral, mas também, na história das mulheres e este seria o impacto mais significativo que a história de mulheres teve na história oral (Passerini, 1996, apud SALVATICI, 2005). E justamente esta subjetividade foi um dos pilares que sustentou minha pesquisa, pois a participação daquelas três mulheres na Associação Comunitária do Bairro Renascença era sabida de antemão. Os meandros e os reveses da participação, bem como as experiências adquiridas e compartilhadas, as consequências tanto para as mulheres quanto para a associação e a comunidade é que me motivaram a pesquisar.

Assim, foi possível perceber entre as três entrevistadas o quanto a participação na associação foi uma experiência positiva, carregada de aprendizados, emoções, erros e acertos. O quanto pra elas permanece sendo lembrança muita viva e presente, isso porque a História Oral permite o registro da história de vida de indivíduos que, ao mesmo tempo em que colocam em evidência suas memórias pessoais, têm a possibilidade de construir também uma

visão mais concreta da dinâmica de funcionamento da trajetória do grupo social ao qual pertence.

A historiadora norte-americana Sherna Berger Gluck afirma que a entrevista é um momento de encontro entre as mulheres, pois, se configura com uma mulher interessada nas experiências e subjetividades de outra mulher, analisando, refletindo e produzindo material a partir deste diálogo e muitas vezes estando sujeita a reconhecer passagens de suas próprias experiências naquelas relatadas pela entrevistada:

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria uma feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres, é a validação de experiências feministas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais (GLUCK, 1991 apud SALVATICI, 2005, p. 31).

Através das memórias femininas é possível delinear as articulações individuais e coletivas construídas pelas mulheres para subverter os princípios que impõem barreiras ao seu comportamento.

## CONCLUSÃO

A participação de mulheres na Associação Comunitária do Bairro Renascença em Santa Maria foi desde o princípio o objeto de meu interesse nesse trabalho. Para isso, entrevistei três mulheres que participaram ativamente deste movimento entre os anos de 1997 e 2003, sendo que uma delas, a Dona Marlene ocupou o maior cargo diretivo nesse período, o cargo de presidenta da associação. Sabendo desde o princípio que haveria grande dificuldade em encontrar referências acerca do assunto em documentos oficiais ou mesmo passagens de jornais, por exemplo, fiz a escolha pelas entrevistas. Soma-se a isso o fato de que, por tratar-se de assunto bastante recente, as envolvidas estão vivas e permanecem vivendo no mesmo bairro, bairro onde trabalho. Considero até mesmo negligência e descaso se não tivesse feito o mínimo de esforço para conhecê-las e entrevistá-las. Mais que isso, a maior parte das minhas indagações somente teriam sido vislumbradas – e posso dizer que foram – no trabalho pautado pela dialogicidade - termo cunhado pelo educador Paulo Freire e que tem por princípio basear as relações no diálogo, na horizontalidade, e no respeito ao outro - no contato presencial entre entrevistadora e entrevistadas, aspectos que em uma matéria jornalística seria impossível delinear, dado seu caráter informacional, e em documentos tidos oficiais me atrevo a dizer que seria inexistente. Pautado na concepção do caráter dialógico, o historiador italiano Alessandro Portelli (2001) considera que o pesquisador, é um mediador de discursos e não apenas um ouvinte. Conforme Ricardo Santhiago:

Para Portelli, o texto é sempre resultado de encontros de trabalho culturais e pessoais, "um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material". O historiador oral, portanto, não recolhe aquilo que em si já é latente, mas estimula de forma participante a própria eclosão de um texto. A documentação a que chega é resultado de seu trabalho, ativo e colaborativo, e não de um mero resgate técnico (SANTHIAGO, 2008, p. 44).

Agradeço acima de tudo a colaboração tanto da Dona Marlene, quanto da Rose, quanto da Andreia, pois, falar de si não é uma tarefa fácil, nada as impedia de dizer não à proposta de serem entrevistadas, mas, pelo contrário, foram sempre solícitas e mostrando disposição em compartilhar seus passados. Utilizo as palavras de Michael Pollak quando diz que:

... contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista ou de um político, é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem

ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si. (POLLACK, 1992, p.13)

Indagações no sentido de como as mulheres que se inseriram na associação percebem seus direitos e lutam pela aquisição e manutenção deles, de que maneiras se articulavam para atingir seus objetivos e qual o horizonte deles, como se constituíram em cidadãs, agentes transformadores da sociedade, além de verificar como operacionalizaram diálogos com o poder público pautaram do início ao fim a elaboração do presente trabalho. A pesquisa corrobora minhas percepções iniciais de que estas mulheres foram transgressoras, pois conseguiram negar as limitações socialmente impostas ao âmbito privado e extrapolar suas ações ao âmbito público, recusando as qualidades historicamente atribuídas aos homens no acesso ao conhecimento e ao exercício do poder político, rejeitaram o confinamento doméstico ou a mera condição de coadjuvante das lutas. São mulheres que foram às ruas, que nas suas próprias palavras, “deram a cara à tapa”, reivindicando o acesso à moradia digna e o direito de pertencer à cidade.

Ficou claro que em suas atuações, elas não tinham como objetivo questionar as formas de dominação tradicionalmente exercidas pelo Estado brasileiro, basta pensarmos as parcerias articuladas com a empresa de transportes Expresso Medianeira e com políticos locais integrantes de partidos conservadores que não têm nas suas perspectivas o horizonte da transformação social. Da mesma forma, as ações destas três mulheres não partiram de princípios feministas consolidados no sentido de lutar claramente pela emancipação das mulheres, como já foi dito acima, suas ações partiam de necessidades bastante pragmáticas, mas de qualquer forma, são merecedoras de destaque pela atitude corajosa, perseverante e transgressora de ultrapassar os limites a que estavam circunscritas:

Embora parte significativa das ações coletivas, levadas a efeito por mulheres, não tenham emergido, de fato, de uma consciência feminista, a simples atitude de revelar-se sujeito que manifesta-se, posiciona-se e disputa poderes, já as coloca na arena política e põe em questão os papéis a elas tradicionalmente conferidos (Id., p. 83).

Mary Del Priore, quando afirma que o projeto feminista visualizava ser revolucionário e nesse sentido não teve êxito, justifica que:

Havia outros freios à realização das mulheres, mesmo nos países ditos ricos. O desenvolvimento da crise econômica e o das famílias monoparentais, nas quais as mulheres desempenham o papel de chefes, assumindo ao mesmo tempo a educação das crianças e sua subsistência, conduziu-as, no mais das vezes à marginalização.

Poder-se-ia, ainda, falar de realização pessoal quando o limite da pobreza não permitia sonhar com outra coisa que a sobrevivência diária (Id., p.222)?

Acredito que as carências econômicas, infra estruturais e educacionais a que minhas entrevistadas estavam submetidas, o que na verdade é representativo de um quadro social mais amplo, sejam explicativos do porquê suas ações não partiam de princípios feministas claros e definidos, embora, como já foi dito, elas têm clareza dos progressos alcançados pelas mulheres graças às suas lutas.

Foi possível concluir que a participação no próprio movimento colaborou na constituição de novos sujeitos históricos. Michelle Perrot, em seus estudos sobre mulheres pobres na França do XIX e a luta delas ao direito às cidades afirmou que as cidades do século XIX eram cidades sexuadas, o que não se aplicava mais às cidades do século XX e menos ainda às cidades do século XXI.

Considerada esta assertiva não há dúvidas de que estas transformações aconteceram graças à determinação, resistência e ousadia de mulheres que como a Dona Marlene, Rose e Andreia se atreveram a ocupar espaços considerados naturalmente masculinos e disputar o poder de decisão além de não se contentar com a alcunha de vítimas, decidindo e lutando pela condição de sujeitos capazes de transformação assim como, de sua própria história. Dessa forma, é possível concluir, sem medo de errar que a história das mulheres vista apenas como dominação, é um pressuposto que não mais se mantém.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, M. L. M. **Mulheres e participação política**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2012.
- AZEREDO, V. G. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.
- CAMPOS, C. G. de. **A representatividade das mulheres na democracia participativa: uma análise do OP de Porto Alegre**. In: Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- CAMURÇA, S.; GOUVEIA, T. **O que é gênero**. 4. ed. - Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2004.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTELLS. M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.
- CONTE, I. I. **Emancipação humana no horizonte das lutas de mulheres camponesas**. 2012.
- DEL PRIORE, M. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, p. 217-235, 2001.
- DIAS, M. O. L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (coord.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, M. de M. **História do tempo presente: desafios**. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p.111-124, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 42 ed. 2005.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, p. 273-325, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais no início do século XX**. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, p.13-32, 2003.
- LOZANO, J. E. A. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.



MATOS, M. I. S. De. **Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea.** In: Cadernos Pagu, p. 67-75, 1998.

MEIHY, J. C. S. B. (org.). **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

PERROT, M. **Práticas da memória feminina.** In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n.18, p. 09 –18, 1989.

POLLAK, M. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 2005.

PORTELLI, A. **História Oral como gênero.** Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: Revista Projeto História, nº 22, São Paulo, junho de 2001.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar.** A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_, M. **As mulheres na historiografia brasileira.** In: Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SALVATICI, S. **Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres.** In: História Oral, 2005.

SANTANA, R. O. de. **História das mulheres ou estudos de gênero: contribuições para um debate.** In: Segundo Seminário Nacional Gênero e Práticas culturais – Culturas, leituras e representações. João Pessoa, 2009.

SANTHIAGO, R. **Da fonte oral à História oral: Debates sobre legitimidade.** In: Saeculum: Revista de História. João Pessoa. 2008.

SCHIO, L. G. **Conquistando direitos: A Associação Comunitária do Bairro Renascença.** 59 f. Monografia (Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SCWARTZ, R. M. P. B. **O processo construtivo de moradia popular dos mutirões construindo novos saberes e representações femininas.** In: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP UNICAMP. Campinas, 2004. CD-ROM.

SILVA, T. M. G. da. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil.** In. Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SOIHET, R. **História das mulheres.** In. CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. **História das mulheres e história de gênero – um depoimento.** In: Cadernos Pagu, p.77-87, 1998.

Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT / Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Biblioteca Central, Editora da UFSM. – 8. ed. – Santa Maria : Ed. da UFSM, 2012.

VIANA. M. R. **O gênero da luta pelo direito a casa e à cidade.** Avesso do Avesso: Revista Educação e Cultura. Araçatuba, v. 3, n. 3, p. 77 -97, 2005.

**Documentais:**

**Entrevistas:**

Gravação dos depoimentos orais cedidos por: Marlene Rodrigues Lopes, Jocemara Medianeira de Cristo Pereira e Andreia Medianeira Dias Pilar, realizadas em 17/6/2012, 18/6/2012 e 21/06/2012 respectivamente.